The exterior of the Câmara Municipal (Town Hall) of Ferreira do Alentejo. The building is white with yellow trim around the windows and doors. A sign on the wall reads "CÂMARA MUNICIPAL". Below the building is the official logo for Ferreira do Alentejo, featuring a stylized dome and the text "FERREIRA DO ALENTEJO No centro do que é importante".

FERREIRA
DO ALENTEJO
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite



Relatório e Contas
Consolidado 2016



**FERREIRA
DO ALENTEJO**
No centro do que é importante



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Câmara Municipal

Certidão

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, certifica que a Câmara Municipal na sua reunião extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2017, deliberou por unanimidade, aprovar o relatório e contas consolidado do ano de 2016, em anexo a esta certidão. Mais deliberou, enviar à Assembleia Municipal para deliberação.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 22 de junho de 2017.

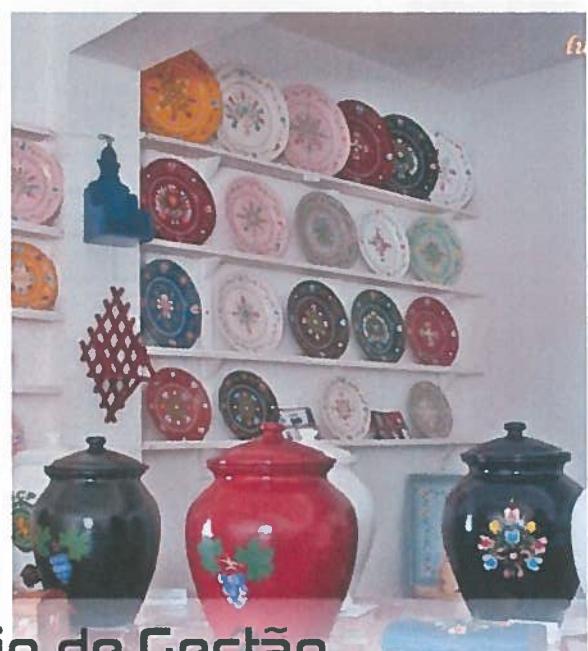
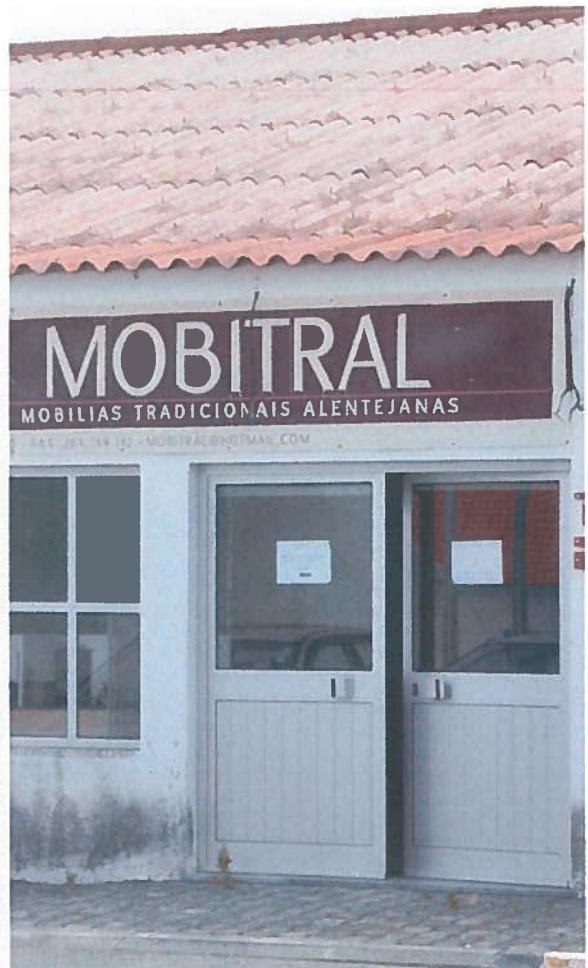
A Coordenadora Técnica,

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul

Maria da Piedade Pereira Serra Olho Azul

Índice

1. Introdução.....	3
2. Perímetros de Consolidação.....	5
3. Caraterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação.....	5
4. Análise económica e financeira da atividade consolidada.....	6
Demonstrações Financeiras Consolidadas	
Balanço Consolidado.....	14
Demonstração dos Resultados Consolidados de 2014.....	16
Fluxos de Caixa Consolidados de 2014.....	17
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	17
Caraterização da entidade mãe.....	17
Informação relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas.....	18
Anexos Documentais	
Anexo I – Mapa de resumo dos ajustamentos e reclassificações de consolidação.....	33
Anexo II – Detalhe dos ajustamentos e reclassificações do consolidado.....	37



**Relatório de Gestão
Consolidado do Município
de F.A. do exercício de 2016**

1. Introdução

Com a publicação da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o regime de consolidação de contas sofreu alterações significativas, relativamente ao universo de consolidação.

Tendo em consideração o estabelecido no nº 3 do artigo 75º da referida Lei, o grupo autárquico é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O exercício de 2016 é o terceiro em que o Município de Ferreira do Alentejo apresenta contas consolidadas, permite apresentar valores comparativos do exercício anterior, permitindo realizar uma análise da evolução do grupo, no ultimo ano

O grupo municipal do Município de Ferreira do Alentejo, é composto por duas entidades, ESDIME, CRL e MOBITRAL,EM. No entanto só detém o controlo de forma direta na empresa Local – MOBITRAL, EM , em 87% do capital social .

O Município de Ferreira do Alentejo apresenta e fornece uma imagem mais verdadeira e apropriada da situação financeira, apresentando, para além das suas contas individuais , demonstrações financeiras com base na técnica de consolidação de contas, que se revela indispensável para a apresentação de demonstrações financeiras que servem o propósito de obter informação agregada das duas entidades, como se de uma só se tratasse.

Tendo em consideração o definido no nº 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o estabelecido no artigo nº 75.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido no nº. 2 do artigo 76.º submetidas a apreciação do órgão deliberativo durante sessão ordinária do mês de junho .

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias adotou-se o estabelecido na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 intitulada “ Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, complementada com o documento de instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios ” provindas do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação

do POCAL – e publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) no dia 28 de abril de 2011 e maio 2015.

Este fascículo é constituído por 44 páginas, incluindo esta

Órgão Executivo

Em 22 de junho de 2017

Aprovado. Enviar à
Assembleia Municipal para
apreciação

Órgão Deliberativo

Em 29 de junho de 2017

2. Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2016 o Município de Ferreira do Alentejo detinha as seguintes participações:

(EUROS)				
Denominação	NIPC	Capital Social	Participação do Município	
			Valor	%
MOBITRAL, E.M.	506357880	50.000,00	43.500,00	87,00%
ESDIME, CRL	502149248	379.323,84	25.498,78	6,72%

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:



O Grupo Municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Ferreira do Alentejo é constituído pela entidade:

- **MOBITRAL, EM**

3. Caracterização da entidade incluída no perímetro da consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Motivo da Inclusão, Detenção Totalidade Capital	N.º de trabalhadores Direta
MOBITRAL, E.M.	506357880	Loteamento do Ferragial do Cemitério em Ferreira do Alentejo	Conceção, produção de comercialização de mobiliário diverso e em especial de mobiliário tradicional alentejano	87,00%	1

4. Análise económica e financeira da atividade consolidada

ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL CONSOLIDADA

O balanço consolidado agrupa, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado. Podemos verificar que existe um aumento do Ativo total em 7,56% , um aumento do Passivo em 3,73%, um aumento dos fundos próprios de 9,67% e um aumento do Passivo e Fundos Próprios em igual percentagem que o ativo.

(EUROS)			
Estrutura Patrimonial Consolidada	2016	2015	variação %
Imobilizado	27 222 885,16	27 603 748,17	-1,38%
Existências	391 504,78	416 373,55	-5,97%
Dívidas de Terceiros	2 018 994,00	964 407,36	109,35%
Disponibilidades	2 458 877,56	1 013 427,55	142,63%
Acréscimos e Diferimentos	490 956,85	296 214,47	65,74%
Total do Activo	32 583 218,35	30 294 171,10	7,56%
Património	17 462 926,76	17 462 926,76	0,00%
Diferenças de Consolidação	-42 897,35	-42 529,97	0,86%
Reservas	1 069 735,82	1 033 294,18	3,53%
Resultados Transitados	1 106 074,88	316 873,47	249,06%
Resultado Líquido Consolidado	1 737 383,42	725 725,37	139,40%
Interesses Minoritários	6 500,00	90,05	7118,21%
Total dos Fundos Próprios	21 339 723,53	19 496 379,86	9,45%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	3 469 772,01	3 978 549,82	-12,79%
Dívidas a Terceiros	619 481,44	682 095,98	-9,18%
Acréscimos e Diferimentos	7 111 344,02	6 137 145,44	15,87%
Total do Passivo	11 200 597,47	10 797 791,24	3,73%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	32 540 321,00	30 294 171,10	7,41%

O balanço consolidado do Grupo Municipal de Ferreira do Alentejo regista um Ativo líquido de 32.583.218,35 euros.

O imobilizado do Grupo Municipal no montante de 27.222.885,16 euros tem um peso considerável, representando cerca de 83,55% do ativo líquido.

O ativo imobilizado tem seguinte composição:

Ativo Imobilizado	2016	2015	variação %
Bens de Domínio Público	7.418.188,83	7.658.842,59	-3,14%
Imobilizações Incorpóreas	105.677,85	62.928,25	67,93%
Imobilizações Corpóreas	18.798.040,78	18.902.083,07	-0,55%
Imobilizações Financeiras	900.977,70	979.894,26	-8,05%
Total do Ativo	27.222.885,16	27.603.748,17	-1,38%

A rubrica mais significativa do ativo imobilizado continua a ser a de “imobilizações corpóreas”, mas sofreu uma diminuição em relação ao ano anterior de 0,55%. O total do ativo imobilizado sofreu um decréscimo de 1,38%. Sendo que o maior aumento registado foi na rubrica “imobilizações incorpóreas” com uma aumento de 67,93%. Este facto prende-se com o registo na rubrica de vários projetos de obras.

ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

A rubrica de “dívidas de terceiros” apresenta o seguinte detalhe:

Dívidas de Terceiros	2016	2015	(EUROS) variação %
Clientes, Contribuintes e Utentes	128 403,99	131 527,82	-2,38%
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	158 180,25	141 588,90	11,72%
Estado e Outros Entes Públicos	37 422,57	21 684,31	72,58%
Administração Autarquica	1 549,45	1 549,45	0,00%
Outros Devedores	1 630 225,98	602 109,12	170,75%
Empréstimos Concedidos	63 211,76	65 947,76	-4,15%
Total do Ativo	2 018 994,00	964 407,36	109,35%

O conjunto total das dívidas de terceiros sofreu um aumento significativo em cerca de 109,35%. Sendo que a rubrica que mais aumentou foi a de “outros devedores” com 170,75%, resultado da inserção dos valores das candidaturas efetuadas ao “Portugal 2020”. Em seguida a rubrica de “estado e outros entes públicos” teve um aumento de 72,58%. Houve duas rubricas que diminuíram ligeiramente. A de “empréstimos concedidos” com um decréscimo de 4,15%, e a de “clientes, contribuintes e utentes” com uma diminuição de 2,38%.

Em termos agregados, a rubrica dívidas de terceiros do Município de Ferreira do Alentejo tem uma representação de 99,94 no total das dívidas a terceiros consolidada, a Mobitral (na proporção de 87%) representa 0,06%.

A rubrica de disponibilidades tem a seguinte composição:

Disponibilidades	2016	2015	(EUROS) variação %
Depósitos Bancários	2.458.209,61	1.012.823,78	142,71%
Caixa	667,95	603,77	10,63%
Total do Ativo	2.458.877,56	1.013.427,55	142,63%

Os saldos de depósitos bancários correspondem essencialmente aos depósitos bancários, registados nas instituições bancárias, sendo o saldo de caixa praticamente insignificante de 0,03%.

O total das disponibilidades do Grupo Municipal compreende um saldo de gerência de operações orçamentais de euros que resulta do balanceamento entre o total da receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, a que a cresce o saldo inicial, cujo o detalhe se conta no quadro que segue:

				(EUROS)
Mapa de Fluxos Orçamentais Consolidado		2016	2015	variação %
Saldo Inicial		1.013.427,55	388.493,39	160,86%
Receitas Orçamentais		10.223.554,38	9.685.294,04	5,56%
Correntes		9.378.529,61	8.787.730,57	6,72%
Capital		845.024,77	897.563,47	-5,85%
Outras		1.678,54		
Tesouraria		861.774,38	874.247,26	-1,43%
TOTAL		12.100.434,85	10.948.034,69	10,53%
<hr/>				
Despesas Orçamentais		8.727.946,11	8.990.421,15	-2,92%
Correntes		7.486.028,45	7.904.267,20	-5,29%
Capital		1.241.917,66	1.086.153,95	14,34%
Tesouraria		913.611,18	944.185,99	-3,24%
Saldo Final		2.458.877,56	1.013.427,55	142,63%
TOTAL		12.100.434,85	10.948.034,69	10,53%

ANÁLISE DOS ACRÉSCIMOS E DEFERIMENTOS - ATIVOS

Atendendo aos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras , nomeadamente o princípio da especialização dos exercícios, os proveitos e custos foram assumidos, quando incorridos independentemente do momento em que ocorra o recebimento ou pagamento. Assim, nos acréscimos e deferimentos encontram-se registados os acréscimos de proveitos e os custos diferidos, sendo a sua composição em 31 dezembro, a seguinte:

				(EUROS)
Acréscimos e Diferimentos-Ativo		2016	2015	variação %
Acréscimos de Proveitos		472 426,94	279 004,95	69,33%
Custos Diferidos		18 529,91	17 209,52	7,67%
Total		490 956,85	296 214,47	65,74%

ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros apresentam a seguinte composição:

Dívidas a Terceiros	2016	2015	Variação %
Médio e Longo Prazo			
Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	3 114 354,26	3 623 132,07	-14,04%
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	355 417,75	355 417,75	0,00%
Total	3 469 772,01	3 978 549,82	-12,79%
Curto Prazo			
Dívidas a Fornecedores	57 281,06	113 768,75	-49,65%
Dívidas a Fornecedores – em recep. E conferência	163 062,31	43 779,75	272,46%
Adiantamento a Clientes	401,50	,00	-
Dívidas a Fornecedores de Imobilizado	95 191,54	41 746,62	128,02%
Estado e Outros Entes Públicos	73 236,25	75 894,34	-3,50%
Outros Credores	230 308,78	406 906,52	-43,40%
Total	619 481,44	682 095,98	-9,18%
Total das dívidas a terceiros	4 089 253,45	4 660 645,80	-12,26%

Da análise das dívidas a terceiros é de salientar a dívida de médio e longo prazo no montante de 3,469,772,01 euros, que apresentou um decréscimo de 12,79% em relação ao ano de 2015.

O total das dívidas a curto prazo registou uma diminuição de 9,18% no total, sendo a rubrica de "dívidas a fornecedores" a que mais contribuiu para essa diminuição. De referir que temos duas rubricas que sofreram um aumento de 272,46% e 128,02% respetivamente.

A contribuição de cada uma das entidades do Grupo Municipal na dívida é como segue.

Código / Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Eliminação de créditos/ Dívidas recíprocos	Grupo público Consolidado
	Município de Ferreira do Alentejo	MOBITRAL	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Empréstimos Obtidos	3 114 354,26	0,00	3 114 354,26	0,00	3 114 354,26
Fundo Apoio Municipal (FAM)	355 417,75	0,00	355 417,75	0,00	355 417,75
Fornecedores	217 647,62	2 695,75	220 343,37	0,00	220 343,37
Formecedores de Imobilizado	95 191,54	0,00	95 191,54	0,00	95 191,54
Outros Credores	298 997,77	4 948,76	303 946,53	0,00	303 946,53
TOTAL	4 081 608,94	7 644,51	4 089 253,45	0,00	4 089 253,45

ANÁLISE DE ACRÉSCIMOS E DEFERIMENTOS – PASSIVOS

(EUROS)

Acréscimos e Diferimentos - Passivo	2016	2015	variação %
Acréscimos de Custos	555.278,79	596.921,96	-6,98%
Proveitos Diferidos	6.556.065,23	5.540.223,48	18,34%
Total	7.111.344,02	6.137.145,44	15,87%

Os proveitos diferidos registam fundamentalmente os montantes de subsídios ao investimento celebrados no âmbito dos projetos co-financiados ao abrigo dos quadros comunitários de apoio ou de programas e contratos programa. Estes montantes são reconhecidos de uma forma sistemática em proveitos na proporção das amortizações dos imobilizados financiados.

De um ano para o outro temos um aumento de 18,34%, que representa um aumento de cerca de 1.000.000 euros, pelo iniciar de alguns projetos do quadro comunitário “Portugal 2020” e acertos de valores a receber por parte da variação da taxa de comparticipação das entidades que financiam os projetos.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os fundos próprios do grupo municipal no final do exercício de 2016 ascendem a 21.382.620,88 euros, dos quais 17.462.926,76 euros reportam-se a “património”, 1.069.735,82 euros a “reservas”, 1.155.382,18 euros a “resultados transitados”, 1.736.290,66 euros a “resultados líquidos”, 1.182,81 euros a “interesses minoritários”, e -42.897,35€ a diferenças de consolidação.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No ano de 2016 o Resultado líquido consolidado, regista o montante de 1.736.290,66 euros.

Apresenta-se de seguida a demonstração dos resultados consolidados:

(EUROS)

Código das Contas Pocal/SNC	Custos e perdas	Exercícios		
		Ano 2016	Ano 2015	
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	408 797,63	423 401,53	
62	Fornecimento e Serviços Externos	2 206 279,78	2 375 264,74	
641+642	Remunerações	3 281 558,35	3 024 874,72	
643+648	Encargos Sociais	839 634,81	875 792,41	
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	658 599,07	720 857,12	
66	Amortizações do Exercício	942 399,54	962 747,40	
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	11 819,04	6 437,79	
	Custo e Perdas Operacionais (A)	8 349 088,22	8 389 375,71	
68	Custos e Perdas Financeiras	30 733,14	91 079,92	
	Custos e Perdas Correntes (C)	8 379 821,36	8 480 455,63	
69	Custo e Perdas Extraordinários	238 051,21	277 115,07	
	Custos e Perdas do Exercício(E)	8 617 872,57	8 757 570,70	
86	Impostos sobre os Rendimentos do Exercício	1 002,34	0,00	
	Custos e Perdas +Imposto sobre o Rendimento (G)	8 618 874,91	8 757 570,70	
88	Resultado Líquido do Exercício consolidado	1 736 290,66	725 328,11	
	Resultado Líquido do Exercício Minoritários	1 092,76	-31,20	
	Custos Totais	10 356 258,33	9 482 867,61	
	Proveitos e ganhos			
7111	Vendas de Mercadorias	0,00	0,00	
7112+7113	Vendas de Produtos	230 365,77	262 340,36	
712	Prestação de Serviços	329 644,92	333 475,53	
a)	Variação na Produção	-102,72	-681,25	
72	Impostos e Taxas	1 962 299,76	1 272 375,79	
75	Trabalhos para Própria Entidade	130 913,47	86 447,02	
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	7 018 610,38	6 943 327,22	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,03	0,30	
	Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	967 1731,61	889 7284,97	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	484 280,18	287 323,19	
	Proveitos e Ganhos Correntes (D)	10 156 011,79	9 184 608,16	
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	200 246,54	298 259,45	
	Proveitos Totais (F)	10 356 258,33	9 482 867,61	

No exercício de 2016, o Grupo Municipal registou um volume de proveitos operacionais de 9.671.731,61 euros. No que se refere aos custos operacionais, um total de 8.349.088,22 euros. O resultado operacional registou um valor de 1.322.643,99 euros.

O registo de resultados financeiros e resultados extraordinários positivos com os resultados operacionais positivos conduziram o Grupo Municipal a um resultado líquido consolidado no montante de 1.736.290,66 euros .

INDICADORES DE ANÁLISE FINANCEIRA

Principais Indicadores de Análise Financeira Exercício de 2016	Consolidado	Município de Ferreira do Alentejo
Endividamento	0,34	0,34
Solvabilidade	1,91	1,91
Autonomia financeira	0,66	0,66
Liquidez geral	0,63	0,69
Liquidez reduzida	0,58	0,59
Liquidez imediata	0,32	0,32



Demonstrações Financeiras
Consolidadas

**FERREIRA
DO ALENTEJO**
No centro do que é importante

Ferreira do Alentejo
Capital do Azeite®

BALANÇO CONSOLIDADO DE 2016

Código das Contas Pocat	Ativo	Exercícios			
		AB	Ano 2016	Ano 2015	
				AP	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	303 632,37		303 632,37	303 632,37
452	Edifícios	1 351 907,77	156 635,66	1 195 272,11	1 207 135,24
453	Outras construções e infra-estruturas	23 370 572,22	17 451 287,87	5 919 284,35	6 148 074,98
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		25 026 112,36	17 607 923,53	7 418 188,83	7 658 842,59
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	489 145,14	405 810,26	83 334,88	51 776,85
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	231 600,87	209 257,90	22 342,97	11 151,40
		720 746,01	615 068,16	105 677,85	62 928,25
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	2 847 640,27	0,00	2 847 640,27	2 843 440,27
422	Edifícios e outras construções	20 688 901,38	5 962 272,77	14 726 628,61	14 929 708,45
423	Equipamento básico	2 539 504,91	1 979 795,17	559 709,74	538 849,41
424	Equipamento de transporte	1 636 225,47	1 149 898,37	486 327,10	492 297,85
425	Ferramentas e utensílios	158 221,48	147 294,09	10 927,39	5 557,08
426	Equipamento administrativo	622 935,35	579 161,54	43 773,81	68 768,66
427	Taras e vasilhame	732,01	732,01	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	92 666,16	11 865,88	80 800,28	23 661,35
442	Imobilizado em curso	42 233,58	0,00	42 233,58	0,00
448	Adiantamento por conta do imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		28 629 060,61	9 831 019,83	18 798 040,78	18 902 083,07
	Investimentos financeiros				
411	Parte capital	88 090,98	0,00	88 090,98	88 090,98
412	Obrigações e títulos de participação	497 585,75	0,00	497 585,75	497 585,75
414	Investimentos em imóveis	354 588,80	39 337,71	315 251,09	394 167,65
415	Outras aplicações financeiras	49,88	0,00	49,88	49,88
		940 315,41	39 337,71	900 977,70	979 894,26
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	384 723,23		384 723,23	409 489,28
33	Produtos acabados e intermédios	6 781,55		6 781,55	6 884,27
		391 504,78		391 504,78	416 373,55
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2812	Empréstimos concedidos				
	Dívida de terceiros - curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	63 211,76		63 211,76	65 947,76
211	Clientes c/c	56 148,62		56 148,62	59 296,04
212	Contribuintes c/c	72 255,37		72 255,37	72 231,78
213	Utentes c/c	0,00		0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	158 180,25		158 180,25	141 588,90
24	Estado e outros entes públicos	37 422,57		37 422,57	21 684,31
264	Administração autárquica	1 549,45		1 549,45	1 549,45
262 ... +268	Outros devedores	1 630 225,98		1 630 225,98	602 109,12
269	Accionistas/sócios	0,00		0,00	0,00
		2 018 994,00		2 018 994,00	964 407,36
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
	Depósito em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósito em instituições financeiras	2 458 209,61		2 458 209,61	1 012 823,78
11	Caixa	667,95		667,95	603,77
		2 458 877,56		2 458 877,56	1 013 427,55
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	472 426,94		472 426,94	279 004,95
272	Custos diferidos	18 529,91		18 529,91	17 209,52
		490 956,85		490 956,85	296 214,47
	Total de amortizações		28 093 349,23		
	Total de provisões				
	Total do ativo	60 676 667,58	28 093 349,23	32 583 218,35	30 294 171,10

(EUROS)

Código das Contas Pocal	Fundos próprios e passivo	Exercício	
		Ano 2016	Ano 2015
	Fundos próprios:		
51	Património	17 462 926,76	17 462 926,76
571	Reservas legais	834 910,64	798 469,00
576	Doações	234 825,18	234 825,18
59	Resultados transitados	1 155 382,18	316 873,47
	Interesses Minoritários	1 182,81	90,05
	Diferenças de consolidação	-42 897,35	-42 529,97
88	Resultado Líquido do exercício	1 736 290,66	725 725,37
	Total dos fundos próprios	21 382 620,88	19 496 379,86
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	3 114 354,26	3 623 132,07
2681	Outros credores médio e longo prazo	355 417,75	355 417,75
		3 469 772,01	3 978 549,82
	Dividas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos curto prazo		
221	Fornecedores c/c	57 281,06	113 768,75
228	Fornecedores-Faturas em recepção e conferência	163 062,31	43 779,75
217	Clientes e utentes c/ caução	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado	95 191,54	41 746,62
219	Adiantamentos a clientes	401,50	0,00
24	Estado e outros entes públicos	73 236,25	75 894,34
262+263+267+268	Outros credores	230 308,78	406 906,52
		619 481,44	682 095,98
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	555 278,79	596 921,96
274	Proveitos diferimentos	6 556 065,23	5 540 223,48
		7 111 344,02	6 137 145,44
	Total Passivo	11 200 597,47	10 797 791,24
	Total dos fundos próprios e do passivo	32 583 218,35	30 294 171,10

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DE 2016

(EUROS)

Código das Contas Pocal/SNC	Custos e perdas	Exercícios			Variação %
		Ano 2016	Ano 2015		
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	408 797,63	408 797,63	423 401,53	423 401,53 -3,45%
62	Fornecimento e Serviços Externos		2 206 279,78		2 375 264,74 -7,11%
641+642	Remunerações	3 281 558,35		3 024 874,72	
643+648	Encargos Sociais	839 634,81	4 121 193,16	875 792,41	3 900 667,13 5,65%
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos		658 599,07		720 857,12 -8,64%
66	Amortizações do Exercício		942 399,54		962 747,40 -2,11%
67	Provisões do Exercício		0,00		0,00
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		11 819,04		6 437,79 83,59%
	Custo e Perdas Operacionais (A)		8 349 088,22		8 389 375,71 -0,48%
68	Custos e Perdas Financeiras		30 733,14		91 079,92 -66,26%
	Custos e Perdas Correntes (C)		8 379 821,36		8 480 455,63 -1,19%
69	Custo e Perdas Extraordinários		238 051,21		277 115,07 -14,10%
	Custos e Perdas do Exercício (E)		8 617 872,57		8 757 570,70 -1,60%
86	Impostos sobre os Rendimentos do Exercício		1 002,34		0,00 -
	Custos e Perdas +Imposto sobre o Rendimento (G)		8 618 874,91		8 757 570,70 -1,58%
88	Resultado Líquido do Exercício consolidado		1 736 290,66		725 328,11 139,38%
	Resultado Líquido do Exercício Minoritários		1 092,76		-31,20 -3602,44%
	Custos Totais		10 356 258,33		9 482 867,61 9,21%
	Proveitos e ganhos				
7111	Vendas de Mercadorias		0,00		0,00
7112+7113	Vendas de Produtos	230 365,77		262 340,36	
712	Prestação de Serviços	329 644,92	560 010,69	333 475,53	595 815,89 -6,01%
a)	Variação na Produção		-102,72		-681,25 -84,92%
72	Impostos e Taxas		1 962 299,76		1 272 375,79 54,22%
75	Trabalhos para Própria Entidade		130 913,47		86 447,02 51,44%
73	Proveitos Suplementares		0,00		0,00
74	Transferências e Subsídios Obtidos		7 018 610,38		6 943 327,22 1,08%
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		0,03		0,30 -90,00%
	Proveitos e Ganhos Operacionais (B)		9 671 731,61		8 897 284,97 8,70%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		484 280,18		287 323,19 68,55%
	Proveitos e Ganhos Correntes (D)		10 156 011,79		9 184 608,16 10,58%
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		200 246,54		298 259,45 -32,86%
	Proveitos Totais (F)		10 356 258,33		9 482 867,61 9,21%

Resultados Operacionais (B)-(A)	1 322 643,39	507 909,26
Resultados Financeiros [(D)-(B)]-[(C)-(A)]	453 547,04	196 243,27
Resultados Correntes (D)-(C)	1 776 190,43	704 152,53
Resultado Líquido do Exercício (F)-(E)	1 736 290,66	725 296,91

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE 2016

(EUROS)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1 013 427,55	Despesas orçamentais		8 727 946,11
Execução orçamental	815 360,67		Correntes	7 486 028,45	
Operações de tesouraria	198 066,88		Capital	1 241 917,66	
Receitas orçamentais		10 225 232,92	Operações de tesouraria		913 611,18
Correntes	9 378 529,61		Saldo para a gerência seguinte		2 458 877,56
Capital	845 024,77		Execução orçamental	2 284 332,48	
Outras	1 678,54		Operações de tesouraria	174 545,08	
Operações de Tesouraria		861 774,38	Total		
Total		12 100 434,85			12 100 434,85

ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE MÃE

Identificação

Designação : Município de Ferreira do Alentejo
 Número de Identificação Fiscal : 501 227 490
 Morada : Praça Comendador Infante Passanha, 5
 Telefone : 284738700
 Fax: 284739250
<http://www.cm-ferreira-alentejo.pt>
 E-mail: geral@cm-ferreira-alentejo.pt

O município tem património e finanças próprias, cf dispõe o artigo 238/1 da Constituição da República Portuguesa. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor foi aprovado pela Lei Nº 73/2013 de 03 de setembro.

O Município de Ferreira do Alentejo é composto por 4 freguesias: União de freguesias de Alfundão e Peroguarda, União Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros, Figueira dos cavaleiros e Odivelas

Em seguida apresenta-se caraterização resumida do Município de Ferreira do Alentejo:

Empresa mãe	NIPC	Sede Social	Atividade principal	N.º de trabalhadores
Municipio de Ferreira do Alentejo	501227490	Praça Comendador Infante Passanha, n.º 5 – Ferreira do Alentejo	O Município de Ferreira do Alentejo é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas na Lei n.º 199/99, de 14 setembro, através do exercício competências descritas na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente da Lei 75/2013, de 12 setembro	217

INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E AS OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Nota 1- Entidades incluídas na consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Motivo da Inclusão Detenção totalidade capital Direta	N.º de trabalhadores
MOBITRAL, E.M.	506357880	Loteamento do Ferragial do Cemitério em Ferreira do Alentejo	Conceção, produção de comercialização de mobiliário diverso e em especial de mobiliário tradicional alentejano	87,00%	1

Nota 2- Entidades excluídas da consolidação

Com base no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro, que define o perímetro de consolidação, a entidade excluída da consolidação pelo facto do Município não exercer controlo é a seguinte:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Participação detida	Motivo Exclusão
ESDIME, CRL	502149248	Rua do Engenho, n.º 10 – Messejana	Apoiar e potenciar o desenvolvimento integrado e participação do Alentejo Sudoeste integrando vetores económico, social e cultural	6,72%	Não detém controlo

Nota 3- Método de Consolidação

O método adotado de contas do Município de Ferreira do Alentejo com a MOBITRAL, E.M foi o método de consolidação integral na medida em que o Município detém o controlo daquela participação. Este método consiste

na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

INFORMAÇÃO RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Nota 4- Insuficiência das normas de consolidação para obter para obter uma imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas relativas ao exercício de 2016.

Nota 5- Afastamento das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não se aplica.

Nota 6- Número médio de trabalhadores ao serviço

Anos	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Outros Grupos	Total
2014	4	27	2	46	131	6	216
2015	4	27	3	46	138	6	224
2016	4	28	2	46	131	6	217

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nota 7- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas

Houve necessidade de retirar do perímetro de consolidação alguns movimentos efetuados entre o município e a empresa municipal.

Em primeiro lugar retirou-se o valor de investimentos financeiros do município e de capital próprio da empresa municipal, visto que é um movimento que duplica os registos.

Também a transação ocorrida entre ambas foi anulada, tendo saído de equipamento administrativo por parte do município e de vendas por parte da empresa municipal.

Finalmente a transferência de verbas também foi motivo de eliminação.

Nota 8- Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior

Foi apurado um valor de -42.897,35 euros de diferenças de consolidação, sendo esta diferença decorrente da eliminação da participação financeira no município e dos capitais próprios da Mobitral.

Nota 9- Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adaptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não se aplica.

Nota 10- Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data balanço dessa entidade e data do balanço consolidado

Não se aplica.

Nota 11- Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não se aplica.

Nota 12- Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram

Não se aplica.

Nota 13- Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização

Não se aplica.

Nota 14- Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial

Não se aplica.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Nota 15- Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, desagregado por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

(EUROS)

Dívidas a terceiros de médio/longo prazo	Município de Ferreira do Alentejo	MOBITRAL	Grupo Municipal
Empréstimos Obtidos	3.114.354,26	0,00	3.114.354,26
Fundo Apoio Municipal (FAM)	355.417,75	0,00	355.417,75
Total	3.469.772,01	0,00	3.469.772,01

(EUROS)

Descrição	Montante contratado	Prazo	Capital em dívida 31.12.2015	Amortização da dívida	Capital em Dívida em 31.12.2016
CGD 9015,002990,991 Melhoramento edifícios escolares, biblioteca, estradas e caminhos municipais	997 595,79	15	118 477,43	94 713,64	23 763,79
CDD 9015,002990,991 URBCOM, museu, zona ribeirinha Santa Margarida do Sado, infraestruturas desportivas e de lazer. Estradas e caminhos municipais	3 000 000,00	20	1 407 133,36	201 491,51	1 205 641,85
CGD 9015,003860,691 Parque industrial, parque agro - industrial, casas mortuárias	687 145,00	20	354 146,61	43 508,53	310 638,08
CGD 9015,005612,491 Centros culturais, arranjo urbanístico IP8, iluminação da rede de polidesportivos do concelho	656 603,00	20	370 861,55	40 736,82	330 124,73
CDGD 9015,006257,491 Execução infraestruturas e arranjo urbanístico da zona envolvente ao novo estádio de futebol	721 223,00	20	457 066,56	46 325,03	410 741,53
BES 2412,2335,0009 Parque exposições e feiras, ETAR'S, construção e conservação de arruamentos	912 654,00	20	603 962,26	53 685,52	550 276,74
DGTF - PAEL - Programa Apoio à economia Local	458 617,11	14	311 484,30	28 316,76	283 167,54
Total	7 433 837,90	-	3 623 132,07	508 777,81	3 114 354,26

Nota 16 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e desagregada por entidade e por rubrica do balanço consolidado

Código / Designação das contas	Município de Ferreira do Alentejo	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo		Eliminação de créditos/ Dívidas reciprocos	Grupo público Consolidado	(EUROS)
		MOBITRAL	Total			4=2+3
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5	
Empréstimos Obtidos	3 114 354,26	0,00	3 114 354,26	0,00	3 114 354,26	
Fundo Apoio Municipal (FAM)	355 417,75	0,00	355 417,75	0,00	355 417,75	
Fornecedores	217 647,62	2 695,75	220 343,37	0,00	220 343,37	
Fornecedores de Imobilizado	95 191,54	0,00	95 191,54	0,00	95 191,54	
Outros Credores	298 997,77	4 948,76	303 946,53	0,00	303 946,53	
TOTAL	4 081 608,94	7 644,51	4 089 253,45	0,00	4 089 253,45	

INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS FINANCEIROS E FLUXOS FINANCEIROS E FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Nota 17 -Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

(EUROS)

Município de Ferreira do Alentejo / Mobitral - Mobilias Tradicionais Alentejanas E.M.						
Tipo de Fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituidas no Exercício	Pagamentos no Exercício	Anulações no Exercício	Saldo Final	Direitos constituidos no Exercício
			4	5 $(6)=(2+3)-(4+5)$	7	8 $9=11-(7+8)-(9+10)$
Transferências	0,00	28 000,00	0,00	28 000,00	0,00	28 000,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	256,10	0,00	256,10	0,00	256,10
Part. Capital em Espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	28 256,10	0,00	28 256,10	0,00	28 256,10

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo município/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice versa. Neste quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas

INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

Nota 18– O montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos de exercícios futuros

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do grupo Municipal encontram-se apresentados no balanço consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do grupo Municipal.

Nota 19– Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante

Descrição das garantias prestadas	Garantias Prestadas	
	Valor 2014	Norma legal habilitante
Município		
Garantia Estradas de Portugal	6.270,00	-

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Nota 20– Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo de aquisição, bem como valorizados por uma comissão criada para esse efeito. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE).

A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens da entidade que integra o perímetro da consolidação e não segue o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

EXISTÊNCIAS

As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado.

Como método de custeio é adotado o custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE TERCEIROS E A TERCEIROS

A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contra-prestação.

EMPRÉSTIMOS

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos. Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

Nota 21- Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

Não se aplica

INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

Nota 22- Comentário às rubricas de imobilizações incorpóreas, nomeadamente as “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

O valor apresentado nas rubricas Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e Desenvolvimento respeitam aos investimentos efetuados pelo município em diversos projetos.

Nota 23 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

(EUROS)

Rubricas	Ativo Bruto					Saldo final
	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamento	Aumentos	Alienação	Transferências e abates	
De bens de domínio público:						
Terrenos e Recursos naturais	303 632,37	0,00	0,00	0,00	0,00	303 632,37
Edifícios	1 351 907,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1 351 907,77
Outras construções e infra-estruturas	23 271 259,24	0,00	99 312,98	0,00	0,00	23 370 572,22
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	24 926 799,38	0,00	99 312,98	0,00	0,00	25 026 112,36
De Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação	435 506,98	0,00	57 466,54	0,00	3 828,38	489 145,14
Despesas de investigação e de desenvolvimento	214 326,75	0,00	17 274,12	0,00	0,00	231 600,87
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	649 833,73	0,00	74 740,66	0,00	3 828,38	720 746,01
De Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2 843 440,27	0,00	4 200,00	0,00	0,00	2 847 640,27
Edifícios e outras construções	20 532 559,18	0,00	156 342,20	0,00	0,00	20 688 901,38
Equipamento básico	2 419 031,29	0,00	132 017,21	0,00	11 543,59	2 539 504,91
Equipamento de transporte	1 569 322,67	0,00	66 902,80	0,00	0,00	1 636 225,47
Ferramentas e utensílios	149 120,79	0,00	9 100,69	0,00	0,00	158 221,48
Equipamento Administrativo	653 994,12	0,00	774,82	0,00	31 833,59	622 935,35
Taras e vasilhame	732,01	0,00	0,00	0,00	0,00	732,01
Artigos e objetos de valor	23 661,35	0,00	57 138,93	0,00	0,00	80 800,28
Outras imobilizações corpóreas	11 865,88	0,00	0,00	0,00	0,00	11 865,88
Imobilizações em curso	0,00	0,00	42 233,58	0,00	0,00	42 233,58
	28 203 727,56	0,00	468 710,23	0,00	43 377,18	28 629 060,61
De investimentos financeiros						
Partes de capital	88 090,98		0,00		0,00	88 090,98
Obrigações e títulos de participação	497 585,75		0,00			497 585,75
Investimentos Imóveis:						
Terrenos e recursos naturais	292 703,24	0,00	0,00	77 621,74	0,00	215 081,50
Edifícios e outras construções	139 507,30	0,00	0,00	0,00	0,00	139 507,30
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 017 937,15	0,00	0,00	77 621,74	0,00	940 315,41
Total	54 798 297,82	0,00	642 763,87	77 621,74	47 205,56	55 316 234,39

(EUROS)

Amortizações				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Edifícios	144 772,53	11 863,13	0,00	156 635,66
Outras construções e infra-estruturas	17 123 184,26	328 103,61	0,00	17 451 287,87
	17 267 956,79	339 966,74	0,00	17 607 923,53
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	383 730,13	22 080,13	0,00	405 810,26
Despesas de investigação e de desenvolvimento	203 175,35	6 082,55	0,00	209 257,90
	586 905,48	28 162,68	0,00	615 068,16
De imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	5 602 850,73	359 422,04	0,00	5 962 272,77
Equipamento básico	1 880 382,08	110 950,63	11 537,54	1 979 795,17
Equipamento de transporte	1 077 024,82	72 873,55	0,00	1 149 898,37
Ferramenta e utensílios	143 563,71	3 730,38	0,00	147 294,09
Equipamento Administrativo	584 985,46	26 009,01	31 832,93	579 161,54
Taras e vasilhame	732,01	0,00	0,00	732,01
Outras imobilizações corpóreas	11 865,88	0,00	0,00	11 865,88
	9 301 404,69	572 985,61	43 370,47	9 831 019,83
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				0,00
Obrigações e títulos de participação				0,00
Investimentos imóveis:				
Edifícios e outras construções	38 042,89	1 294,82	0,00	39 337,71
Outras aplicações financeiras:				0,00
	38 042,89	1 294,82	0,00	39 337,71
Total	27 194 309,85	942 409,85	43 370,47	28 093 349,23

Nota 24- Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse exercício

Não se aplica.

Nota 25- Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram

Não se aplica.

Nota 26- Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não se aplica.

Nota 27- Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e previsões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não se aplica.

Nota 28- Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativos circulante, calculados de acordo com os critério de valorimetria adotados e os respetivos preços de mercado

Não se aplica.

Nota 29- Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado

Não se aplica.

Nota 30- Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor

Não se aplica.

Nota 31- Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

Não se aplica.

Nota 32- Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável

Não se aplica.

Nota 33- Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestação de serviços por categorias e atividades

Não se aplica.

Nota 34- Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critério de valorimetria não previstos no POCAL e da amortização e previsões extraordinárias efetuadas com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informação adicionais quando tal valorimetria tiver influencia materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não se aplica.

Nota 35- Diferença entre impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos

Não se aplica.

Nota 36- Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivo e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

		(EUROS)
Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos executivo, de fiscalização e órgãos de deliberação	Valor anual bruto atribuído	
Município		
Órgão Executivo	80.093,29 €	
Órgão Fiscalização	4.678,11 €	
Mobitral, E.M.		
Órgão Executivo	14.334,26 €	
Órgão Fiscalização	0	

Nota 37- Indicação dos diplomas legais onde se baseou a reavaliação dos bens de domínio público, imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como, explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação

Não se aplica.

Nota 38- Elaboração do quadro discriminativo das reavaliações

Não se aplica.

Nota 39- Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não seja comparáveis com os do exercício anteriores

A Conta 44.2 Imobilizado em curso não apresentava valores no ano de 2015, por conseguinte não existe forma de comparação entre os exercícios.

A conta 21.9 Adiantamentos a clientes também se encontra da mesma forma que a anterior.

Nota 40– Demonstração consolidada dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários

		(EUROS)		
Código das contas Pocal	Custos e perdas	Exercício Ano 2016	Exercício Ano 2015	Variação %
681	Juros suportados (a)	28.528,78	50.472,12	-43,48%
682	Perdas em entidades participadas			
683	Amortizações de investimentos em imóveis			
684	Provisões para aplicações financeiras			
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouro	2.204,36	40.607,80	-94,57%
688	Outros custos e perdas financeiras	453.547,04	196.243,27	131,11%
	Resultado financeiro	484.280,18	287.323,19	68,55%
Proveitos e ganhos				
781	Juros Obtidos	57,54	53,03	8,50%
782	ganhos em Entidades participadas			
783	Rendimentos de imóveis	484.222,64	287.270,16	68,56%
784	Rendimentos de participações em imóveis			
785	Diferenças de câmbio favoráveis			
786	Descontos de pronto pagamento obtidos			
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788	Outros proveitos e ganhos	484.280,18	287.323,19	68,55%

(EUROS)

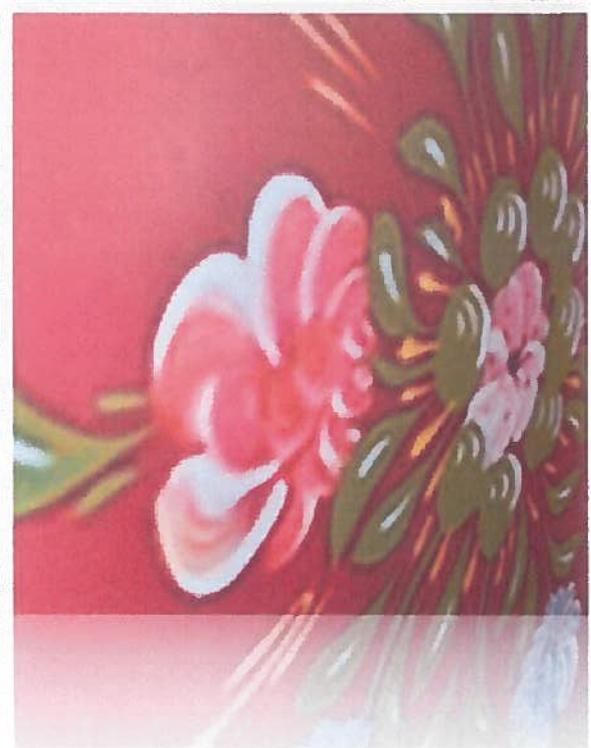
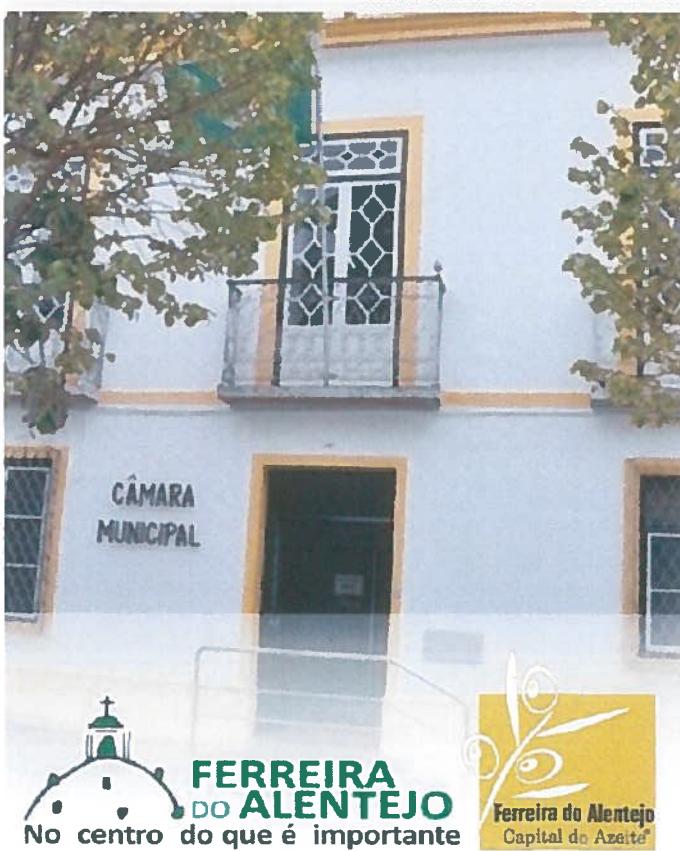
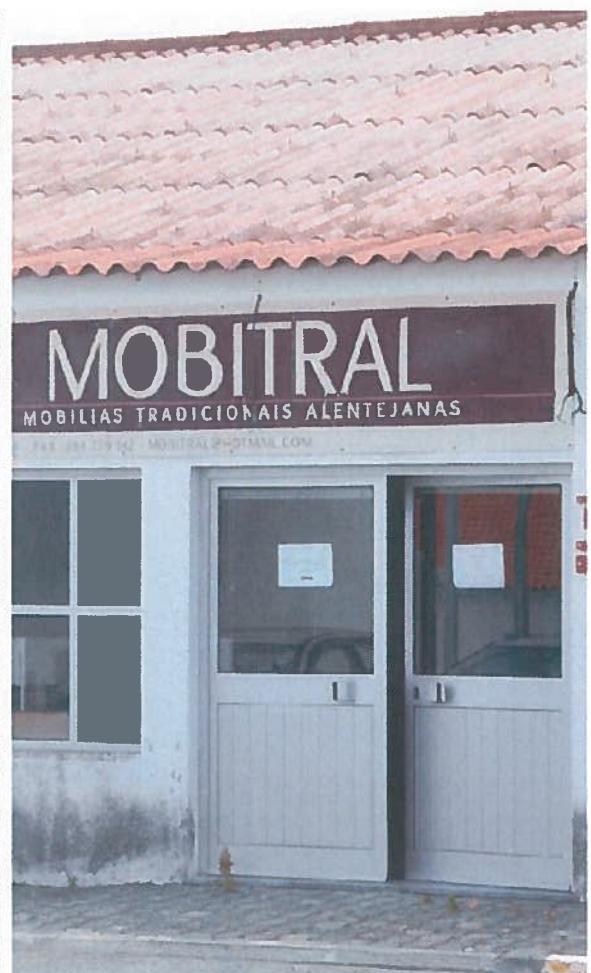
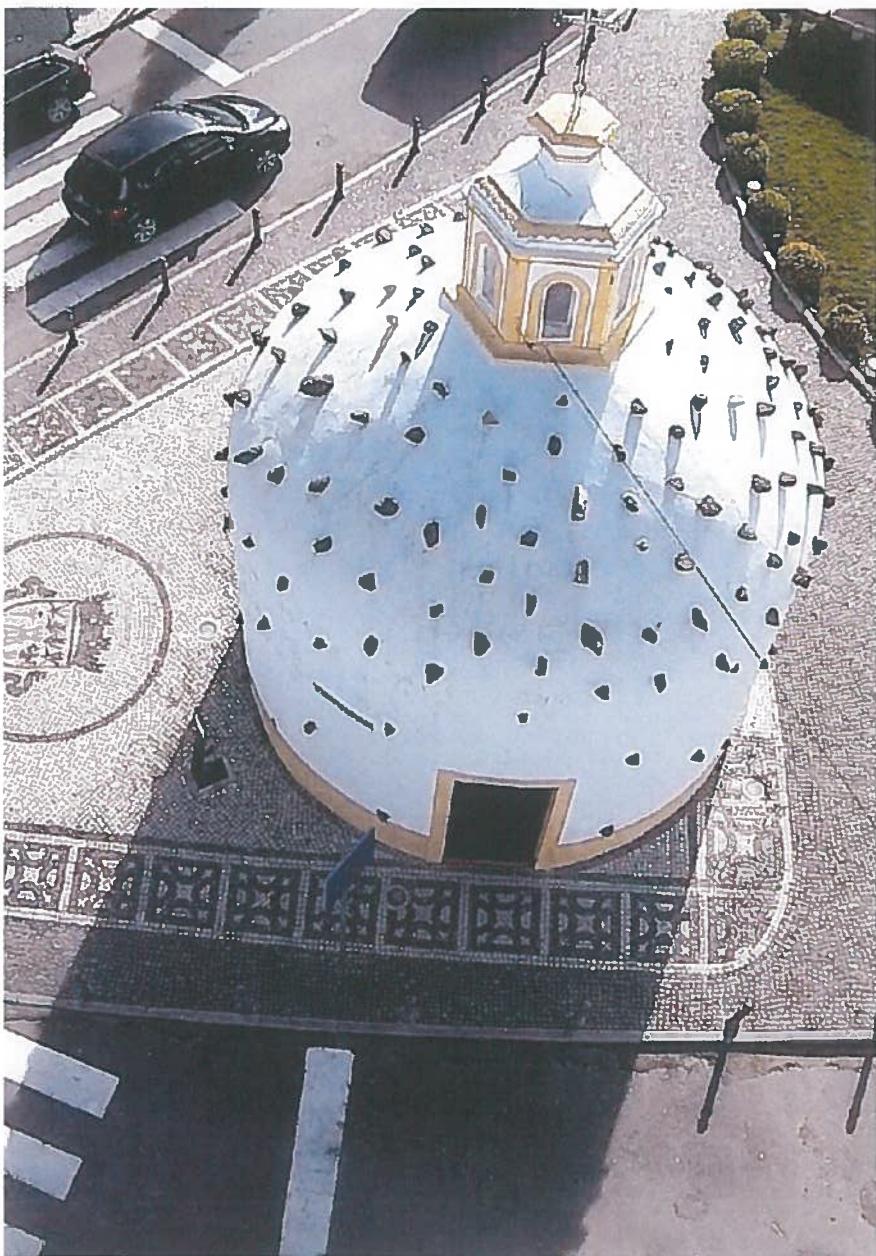
Código das contas Pocal	Custos e perdas	Exercício Ano	Exercício Ano	Variação %
		2016	2015	
691	Transferências de capital concedido	233 621,71	227 769,55	2,57%
692	Dívidas incobráveis			
693	Perdas em existências	4 094,98	15 149,64	-72,97%
694	Perdas em imobilizado	17,02	0,00	-%
695	Multas e penalidades	192,50	60,00	220,83%
696	Aumentos de amortizações e de provisões			
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	33 390,37	-100,00%
698	Outros custos e Perdas Extraordinárias	125,00	145,51	-
698	Resultados extraordinários	-37 804,67	21 744,38	-273,86%
		200 246,54	298 259,45	-32,86%
Proveitos e ganhos				
791	Restituições de impostos			
792	Recuperação dívidas			
793	Ganhos em existências	2 336,92	3 061,66	-23,67%
794	Ganhos em imobilizado	73 255,66	894,30	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	9 630,19	106 524,16	-90,96%
796	Reduções de amortizações e de provisões	100 017,13	125 376,32	-20,23%
797	Correções relativas exercícios anteriores	1 678,54	46 237,23	-96,37%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	13 328,10	16 165,78	-17,55%
799	Outras receitas correntes			
		200 246,54	298 259,45	-32,86%

Nota 41- Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Não se aplica.

Nota 42- Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

No ano de 2016 foi pago na totalidade o bem que se encontrava em regime de locação financeira, autocarro Volvo (62-MT-76).



Anexos Documentais

Anexo I

Mapa resumo dos ajustamentos e reclassificações de consolidação

Balanço consolidado do Município de Ferreira do Alentejo em 31 Dezembro de 2016 – Ajustamentos efetuados

(EUROS)

Ativo	Balanço entidades Consolidadas			Correções consolidação		Grupo (6)=(3)+(4)-(5)	Consolidado
	CMFA (1)	MOBITRAL (2)	TOTAL (3)=(1)+(2)	Débito (4)	Crédito (5)		
Imobilizado:							
Bens de domínio público:							
Terrenos e recurso naturais	303 632,37	0,00	303 632,37	0,00	0,00		303 632,37
Edifícios	1 351 907,77	0,00	1 351 907,77	0,00	0,00		1 351 907,77
Outras construções e infraestruturas	23 370 572,22	0,00	23 370 572,22	0,00	0,00		23 370 572,22
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Sub-Total	25 026 112,36	0,00	25 026 112,36	0,00	0,00		25 026 112,36
Imobilizações Incorpóreas:							0,00
Despesas de Instalação	489 145,14	0,00	489 145,14	0,00	0,00		489 145,14
Despesas de Investigação Desenvolvimento	231 600,87	0,00	231 600,87	0,00	0,00		231 600,87
Sub-Total	720 746,01	0,00	720 746,01	0,00	0,00		720 746,01
Imobilizações Corpóreas:							
Terrenos e Recursos Naturais	2 847 640,27	0,00	2 847 640,27	0,00	0,00		2 847 640,27
Edifícios e Outras Construções	20 688 901,38	0,00	20 688 901,38	0,00	0,00		20 688 901,38
Equipamento Básico	2 539 504,91	0,00	2 539 504,91	0,00	0,00		2 539 504,91
Equipamento Transporte	1 636 225,47	0,00	1 636 225,47	0,00	0,00		1 636 225,47
Ferramentas e Utensílios	158 221,48	0,00	158 221,48	0,00	0,00		158 221,48
Equipamento Administrativo	622 935,35	0,00	622 935,35	0,00	0,00		622 935,35
Taras e Vasilhames	732,01	0,00	732,01	0,00	0,00		732,01
Outras Imobilizações Corpóreas	92 666,16	0,00	92 666,16	0,00	0,00		92 666,16
Imobilizações em Curso	42 233,58	0,00	42 233,58	0,00	0,00		42 233,58
Sub-Total	28 629 060,61	0,00	28 629 060,61	0,00	0,00		28 629 060,61
Investimentos Financeiros:							
Partes de Capital	131 590,98	0,00	131 590,98	0,00	43 500,00	N3	88 090,98
Obrigações e Títulos de Participação	497 585,75	0,00	497 585,75	0,00	0,00		497 585,75
Investimentos Imóveis	354 588,80	0,00	354 588,80	0,00	0,00		354 588,80
Outras aplicações Financeiras	49,88	0,00	49,88	0,00	0,00		49,88
Sub-Total	983 815,41	0,00	983 815,41	0,00	43 500,00		940 315,41
Circulante:							
Existências:							
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	382 478,62	2 244,61	384 723,23	0,00	0,00		384 723,23
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	6 781,55	6 781,55	0,00	0,00		6 781,55
Sub-Total	382 478,62	9 026,16	391 504,78	0,00	0,00		391 504,78
Dividas de Terceiros Médio Longo Prazo: a)							
Dividas de Terceiros Curto Prazo:							
Empréstimos Concedidos	63 211,76	0,00	63 211,76	0,00	0,00		63 211,76
Clientes	56 104,62	44,00	56 148,62	0,00	0,00		56 148,62
Contribuintes	72 255,37	0,00	72 255,37	0,00	0,00		72 255,37
Utentes C/C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Clientes, Contribuintes Cobrança Dúvida	158 180,25	0,00	158 180,25	0,00	0,00		158 180,25
Estado E Outros Entes Públicos	36 230,69	1 191,88	37 422,57	0,00	0,00		37 422,57
Administração Autárquica	1 549,45	0,00	1 549,45	0,00	0,00		1 549,45
Outros Devedores	1 630 225,98	0,00	1 630 225,98	0,00	0,00		1 630 225,98
Sub-Total	2 017 758,12	1 235,88	2 018 994,00	0,00	0,00		2 018 994,00
Titulos Negociáveis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Sub-Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Depósitos Instituições Financeiras e caixa:							
Depósitos Instituições Financeiras	2 451 963,91	6 245,70	2 458 209,61	0,00	0,00		2 458 209,61
Caixa	432,61	235,34	667,95	0,00	0,00		667,95
Sub-Total	2 452 396,52	6 481,04	2 458 877,56	0,00	0,00		2 458 877,56
Acréscimos e Diferimentos:							
Acréscimos de Projetos	472 426,94	0,00	472 426,94	0,00	0,00		472 426,94
Custos Diferidos	18 529,91	0,00	18 529,91	0,00	0,00		18 529,91
Sub-Total	490 956,85	0,00	490 956,85	0,00	0,00		490 956,85
Total de Amortizações	28 093 349,23	0,00	28 093 349,23	0,00	0,00		28 093 349,23
Total de Provisões/Ajustamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total do Ativo	32 609 975,27	16 743,08	32 626 718,35	0,00	43 500,00		32 583 218,35

(EUROS)

Fundos Próprios / Passivo	Balanço entidades Consolidadas			Correções consolidação			Grupo Consolidado (6)=(3)-(4)+(5)
	CMFA (1)	MOBITRAL (2)	TOTAL (3)=(1)+(2)	Débito (4)	Crédito (5)	Notas	
Fundos Próprios / Capital Próprio:							
Património / Capital	17 462 926,76	50 000,00	17 512 926,76	50 000,00	0,00	N3,N5	17 462 926,76
Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	42 897,35	0,00	N6	-42 897,35
Reservas Legais	834 910,64	0,00	834 910,64	0,00	0,00		834 910,64
Doações	234 825,18	0,00	234 825,18	0,00	0,00		234 825,18
Resultados Transitados	1 155 382,18	-49 307,30	1 106 074,88	0,00	49 307,30	N6,N7	1 155 382,18
Interesses Minoritários	0,00	0,00	0,00	6 409,95	7 592,76	N5,N7,N8	1 182,81
Sub-Total	19 688 044,76	692,70	19 688 737,46	99 307,30	56 900,06		19 646 330,22
Resultado Líquido do Exercício	1 728 977,55	8 405,87	1 737 383,42	1 092,76	0,00	N8	1 736 290,66
Total Fundos Próprios / Capital Próprio	21 417 022,31	9 098,57	21 426 120,88	100 400,06	56 900,06		21 382 620,88
Passivo:							
Dividas a Terceiros Médio e Longo Prazo:							
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	3 114 354,26	0,00	3 114 354,26	0,00	0,00		3 114 354,26
Outros Credores M/L Prazo	355 417,75	0,00	355 417,75	0,00	0,00		355 417,75
Sub-Total	3 469 772,01	0,00	3 469 772,01	0,00	0,00		3 469 772,01
Dividas a Terceiros Curto Prazo:							
Fornecedores	54 585,31	2 695,75	57 281,06	0,00	0,00		57 281,06
Fornecedores – Faturas Receção Conferência	163 062,31	0,00	163 062,31	0,00	0,00		163 062,31
Fornecedores de Imobilizado	95 191,54	0,00	95 191,54	0,00	0,00		95 191,54
Adiantamentos a Clientes	0,00	401,50	401,50	0,00	0,00		401,50
Estado E Outros Entes Públicos	71 092,86	2 143,39	73 236,25	0,00	0,00		73 236,25
Outros Credores	227 904,91	2 403,87	230 308,78	0,00	0,00		230 308,78
Sub-Total	611 836,93	7 644,51	619 481,44	0,00	0,00		619 481,44
Acréscimos e Diferimentos:							
Acréscimos de Custos	555 278,79	0,00	555 278,79	0,00	0,00		555 278,79
Proveitos Diferidos	6 556 065,23	0,00	6 556 065,23	0,00	0,00		6 556 065,23
Sub-Total	7 111 344,02	0,00	7 111 344,02	0,00	0,00		7 111 344,02
Total do Passivo	11 192 952,96	7 644,51	11 200 597,47	0,00	0,00		11 200 597,47
Total do Passivo + Fundos Próprios	32 609 975,27	16 743,08	32 626 718,35	100 400,06	56 900,06		32 583 218,35

Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2016 – Ajustamentos efetuados

(EUROS)

Custos e Perdas	Demonstração de resultados consolidada			Correções consolidação			Grupo Consolidado (6)=(3)+(4)-(5)
	CMFA (1)	MOBITRAL (2)	TOTAL (3)=(1)+(2)	Débito (4)	Crédito (5)	Notas	
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	407 318,39	1 479,24	408 797,63	0,00	0,00		408 797,63
Fornecimentos e Serviços Externos	2 203 835,50	2 700,38	2 206 535,88	0,00	256,10	N2	2 206 279,78
Remunerações	3 263 749,13	17 809,22	3 281 558,35	0,00	0,00		3 281 558,35
Encargos Sociais	839 634,81	0,00	839 634,81	0,00	0,00		839 634,81
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	686 599,07	0,00	686 599,07	0,00	28 000,00	N1	658 599,07
Amortizações do Exercício	942 399,54	0,00	942 399,54	0,00	0,00		942 399,54
Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros custos e Perdas Operacionais	8 380,00	3 439,04	11 819,04	0,00	0,00		11 819,04
(A) Custos e Perdas Operacionais	8 351 916,44	25 427,88	8 377 344,32	0,00	28 256,10		8 349 088,22
Custos e Perdas Financeiros	30 733,14	0,00	30 733,14	0,00	0,00		30 733,14
(C) Custos e Perdas Correntes	8 382 649,58	25 427,88	8 408 077,46	0,00	28 256,10		8 379 821,36
Custos e Perdas Extraordinários	238 051,21	0,00	238 051,21	0,00	0,00		238 051,21
(E) Custos E Perdas do Exercício	8 620 700,79	25 427,88	8 646 128,67	0,00	28 256,10		8 617 872,57
Imposto sobre Rendimento do Exercício	0,00	1 002,34	1 002,34	0,00	0,00		1 002,34
(G) Custos e Perdas + Imposto sobre Rendimento	8 620 700,79	26 430,22	8 647 131,01	0,00	28 256,10		8 618 874,91
Resultado Líquido Do Exercício antes de IM	1 728 977,55	8 405,87	1 737 383,42	0,00	0,00		1 737 383,42
Resultado Líquido dos Interesses Minoritários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1 092,76
Custos Totais	10 349 678,34	34 836,09	10 384 514,43	0,00	28 256,10		10 356 258,33

(EUROS)

Proveitos e Ganhos	Demonstração de resultados consolidada			Correções consolidação		Grupo Consolidado (6)=(3)-(4)+(5)
	CMFA (1)	MOBITRAL (2)	TOTAL (3)=(1)+(2)	Débito (4)	Crédito (5)	
Venda de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de Produtos	223 683,09	6 682,68	230 365,77	0,00	0,00	N2 230 365,77
Prestações de Serviços	329 644,92	256,10	329 901,02	256,10	0,00	329 644,92
Variação na Produção	0,00	-102,72	-102,72	0,00	0,00	-102,72
Impostos e Taxas	1 962 299,76	0,00	1 962 299,76	0,00	0,00	1 962 299,76
Trabalhos Para Própria Entidade	130 913,47	0,00	130 913,47	0,00	0,00	130 913,47
Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e Subsídios Obtidos	7 018 610,38	28 000,00	7 046 610,38	28 000,00	0,00	N1 7 018 610,38
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,03
(B)Proveitos e ganhos Operacionais	9 665 151,62	34 836,09	9 699 987,71	28 256,10	0,00	9 671 731,61
Proveitos e Ganhos Financeiros	484 280,18	0,00	484 280,18	0,00	0,00	484 280,18
(D)Proveitos e Ganhos Correntes	10 149 431,80	34 836,09	10 184 267,89	28 256,10	0,00	10 156 011,79
Proveitos e Ganhos Extraordinários	200 246,54	0,00	200 246,54	0,00	0,00	200 246,54
(F)Proveitos Totais	10 349 678,34	34 836,09	10 384 514,43	28 256,10	0,00	10 356 258,33

Anexo II

Detalhe dos ajustamentos e reclassificações do consolidados

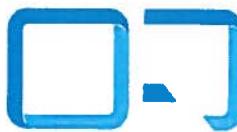
Detalhe dos ajustamentos e reclassificações do consolidados

(EUROS)

Lançamento nº		Descrição				Correções de consolidação	
		Conta(s)	Débito	Valor(es) a Débito	Conta(s)	a Crédit	Valor(es) a crédito
N1		N1: Eliminação dos Custos e proveitos entre o Grupo Municipal (CMFA e MOBITRAL), referente ao subsídio de exploração - Contrato programa 2015	74 - Transferência Subsídios Obtidos	28 000,00	63 - Transferências Correntes Concedidos		28 000,00
		TOTAL N1			28 000,00		28 000,00
N2		N2: Eliminação dos proveitos, referentes a relação comercial entre o Grupo Comercial (CMFA e MOBITRAL) em relação à prestação de serviços	7112+7113 - Venda de Produtos	256,10	62 – Fornecimentos e serviços externos		256,10
		TOTAL N2			256,10		25,10
N3		Eliminação dos investimentos Financeiros na conta 41 da CMFA relativamente à participação no Capital Social da MOBITRAL	51 - Património	43 500,00	411 - Partes de Capital		43 500,00
		TOTAL N3			43 500,00		43 500,00
		TOTAL N4					
N5		Eliminação da parte do Capital referente aos interesses minoritários	51 -Património	6 500,00	IM		6 500,00
		TOTAL N5			6 500,00		6 500,00
N6		Diferenças de consolidação	51 -Património	42 897,35	59 resultados transitados		42 897,35
		TOTAL N6			42 897,35		42 897,35
N7		Eliminação da parte do Capital referente aos interesses minoritários	IM	6 409,95	59 resultados transitados		6 409,95
		TOTAL N7			6 409,95		6 409,95
N8		Interesses minoritários nos resultados líquidos	81 Resultados líquidos	1 092,76	IM		1 092,76
		TOTAL N8			6 409,95		6 409,95

ANEXO III

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGOS FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VILACA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

1. Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do *MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77.º da citada Lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do *MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO*. Para o efeito, recebeu da *CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO* todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado, completado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas consolidadas.
4. Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do *MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO* referentes ao exercício de 2016, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.

5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à *CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de junho de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 8.º A, B e C
1250-143 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt • E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGACAO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGACAO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º Sala 6 4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

M

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRALHA
JOAO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 32.583.218 euros e um total de fundos próprios de 21.382.621 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 1.736.291 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Ainda se encontra em curso o processo de valorização dos bens imóveis do Município, sendo de referir que a integralidade do património do Município deverá encontrar-se mensurado nas demonstrações financeiras.
2. A rubrica *Credores por alienação de immobilizado* inclui 91.947 euros, para os quais não obtivemos informação suficiente sobre o seu detalhe, pelo que não nos é possível expressar uma opinião com uma segurança aceitável sobre a extensão daquele saldo, conforme se encontra explicitado no balanço.
3. As rubricas *Clientes c/c* e *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* incluem dívidas a receber com antiguidade significativa, sobre as quais não obtivemos informação detalhada, devendo ser constituída uma provisão para cobrança duvidosa de, pelo menos, 173.163 euros, atendendo ao seu risco de incobrabilidade.

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, B.º A, B e C
1250-143 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.erasroc.pt - E-mail: geral@erasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

4. Encontram-se registados *Empréstimos concedidos* no montante de 63.212 euros, a receber de entidades públicas e privadas, situação que contraria o previsto na alínea b) do n.º 7 do art.º 49 da Lei 73/2013, de 3 de setembro. Acresce que a sua realização apresenta risco de cobrabilidade.
5. A rubrica *Empréstimos obtidos* inclui 283.168 euros relativos a um financiamento concedido pelo PAEL, não dispondo de informação suficiente para confirmação do mesmo a 31.12.2016, pelo que não nos é possível expressar uma opinião com uma segurança aceitável sobre a extensão daquele saldo, conforme se encontra explicitado no balanço.
6. O saldo da rubrica *Existências* revela-se superior ao Inventário em 49.429 euros, pelo que o Resultado do exercício encontra-se sobrevalorizado no mesmo montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

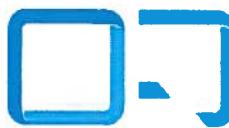
Ao nível da execução orçamental, em 31.12.2016 verifica-se uma execução da receita e da despesa de, respetivamente, 74,7% e 59,33%, revelando uma execução reduzida das receitas e das despesas, na devida proporção, face ao valor orçamentado para o ano de 2016. Acresce que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85% durante pelo menos 2 anos consecutivos, situação que ao fim do segundo ano consecutivo despoleta o alerta precoce de desvios, previsto no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e



apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de junho de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056